



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

018. PROVA OBJETIVA

FISCAL DE RENDAS E FINANÇAS E POSTURAS MUNICIPAIS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 40 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

O direito do paciente

O Estatuto do Paciente, em vigor no Brasil desde abril passado, traz uma série de direitos e garantias a quem necessita de cuidados médicos. Entre as novidades da recente legislação está a chamada “diretiva antecipada de vontade”, ou DAV. Trata-se de um documento que assegura ao paciente a realização de seus desejos previamente manifestados por escrito, numa bem-vinda valorização de sua liberdade de escolha.

O paciente poderá decidir sobre o tipo de tratamento a que aceita ser submetido, ou não, no caso de uma doença grave, irreversível ou em estágio terminal que o deixe incapaz de manifestar sua vontade. Agora o desejo prévio do paciente deverá ser respeitado pela família e pelos profissionais de saúde.

Além disso, ao assegurar a autonomia da vontade do paciente, o Estatuto contribui para acabar com o drama da família e atenuar os conflitos éticos dos profissionais de saúde. Agora a família não precisará mais carregar o peso de uma tomada de decisão, seja escolhendo um tratamento inútil que apenas prolonga a vida do ente querido, seja descartando-o. E, se for da vontade do paciente, o médico poderá deixar de fazer manobras de ressuscitação, de mantê-lo ligado a um respirador ou de alimentá-lo por via venosa.

A diretiva antecipada de vontade não é um instrumento obrigatório. O paciente que não manifestar previamente sua vontade em relação aos cuidados médicos que gostaria de receber estará sujeito às decisões de sua família e do profissional de saúde responsável por seu tratamento médico.

(O Estado de S. Paulo. www.estadao.com.br, 19.05.2026. Adaptado)

01. Por meio do documento denominado “diretiva antecipada de vontade”, o Estatuto do Paciente permite que uma pessoa

- (A) exija dos profissionais de saúde informações escritas sobre os procedimentos médicos a serem realizados.
- (B) estabeleça previamente e por escrito o local onde deseja ser tratada em caso de adoecimento.
- (C) aponte os médicos com os quais deseja se tratar caso venha a sofrer de doença que a deixe inconsciente.
- (D) indique o tipo de tratamento de saúde pelo qual não aceita passar caso adoença gravemente.
- (E) escolha um familiar para ser responsável pelas decisões relativas a futuros cuidados médicos.

02. É possível notar uma opinião do autor em:

- (A) Entre as novidades da recente legislação está a chamada “diretiva antecipada de vontade”, ou DAV.
- (B) ... a realização de seus desejos previamente manifestados por escrito, numa bem-vinda valorização de sua liberdade de escolha...
- (C) O paciente poderá decidir sobre o tipo de tratamento a que aceita ser submetido, ou não...
- (D) Agora, o desejo prévio do paciente deverá ser respeitado pela família e pelos profissionais de saúde.
- (E) ... o médico poderá deixar de fazer manobras de ressuscitação, de mantê-lo ligado a um respirador ou de alimentá-lo por via venosa.

03. No trecho do 3º parágrafo “... a família não precisará mais carregar o peso de uma tomada de decisão, seja escolhendo um tratamento inútil que apenas prolonga a vida do ente querido...”, está empregada em sentido figurado a palavra

- (A) peso.
- (B) decisão.
- (C) inútil.
- (D) vida.
- (E) ente.

04. No trecho do 3º parágrafo “E, **se for** da vontade do paciente...”, a expressão destacada pode ser corretamente substituída por:

- (A) quando for
- (B) assim que for
- (C) ainda que seja
- (D) caso seja
- (E) uma vez que é

05. Assinale o trecho do texto reescrito em que a expressão destacada está em conformidade com a norma-padrão de regência verbal.

- (A) Os familiares não precisam mais **decidir sobre** tratamentos médicos de entes queridos.
- (B) O Estatuto do Paciente **estabelece aos** direitos e obrigações dos pacientes sob cuidados médicos.
- (C) ... ao **garantir pela** autonomia da vontade do paciente, o Estatuto contribui para acabar com o drama da família...
- (D) Agora a família não precisará mais **arcar do** peso de uma tomada de decisão...
- (E) ... seja escolhendo, seja **descartando em** um tratamento inútil que apenas estende a vida...

06. A norma-padrão de concordância verbal foi respeitada em:

- (A) Há pacientes que se encontram num leito de hospital e que espera uma cirurgia ou um tratamento.
- (B) Antes, haviam poucos recursos para os profissionais da saúde cuidarem de pacientes em estado grave.
- (C) As manifestações prévias de vontade de um paciente exigem o respeito dos profissionais da saúde.
- (D) É preciso levar em consideração os desejos dos pacientes quando estes sofre de problemas de saúde.
- (E) É exigido dos profissionais de saúde sensibilidade para que compreenda as necessidades de seus pacientes.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 09:

Faz pouco tempo que começamos a ter uma ideia do preço extremamente alto que será preciso pagar pela exploração sem limites de nosso meio ambiente, com a poluição crescente do solo, do ar, da água; com o desaparecimento acelerado de inúmeras espécies de plantas e animais; com as consequências dramáticas do aumento do efeito estufa sobre o planeta. Muitas culturas têm seguido o caminho contrário, e criaram uma relação muito mais próxima e cuidadosa com a natureza. Isso não significa que essas culturas não cometam também atos de agressão ao meio ambiente. Os indígenas das planícies da América do Norte, por exemplo, massacraram muitos bisões e cervos da Virgínia na segunda metade do século 17 e nos séculos 18 e 19. Mas esses massacres não serviam para garantir o sustento dos próprios indígenas, e sim para fornecer carne aos colonizadores europeus.

Dito isso, é preciso reconhecer que, como mantinham relações de cumplicidade e de interdependência com os habitantes não humanos do mundo, diversas civilizações que por muito tempo consideramos “primitivas” souberam evitar a exploração irresponsável do planeta a que os ocidentais se entregaram a partir do século 19. Quem sabe essas civilizações possam nos indicar uma saída para o impasse no qual nos encontramos agora. Elas jamais pensaram que as fronteiras da humanidade coincidissem com os limites da espécie humana e não hesitam em convidar ao coração de sua vida social a mais modesta das plantas, o mais humilde dos animais.

(Philippe Descola. *Outras naturezas, outras culturas*, 2016. Adaptado)

07. O autor menciona o massacre de bisões e cervos pelos indígenas das planícies da América do Norte, nos séculos 17 a 19, com o objetivo de

- (A) enfatizar sua crítica ao modo como alguns povos indígenas exploravam recursos naturais para garantir a sobrevivência.
- (B) mostrar que, em determinadas circunstâncias, até povos integrados à natureza contribuíram para sua degradação.
- (C) evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos colonizadores europeus na preservação de diferentes espécies animais.
- (D) defender que as ações de determinados povos indígenas não costumavam gerar impactos ambientais negativos.
- (E) desmentir a visão que muitos têm de que os povos indígenas convivem de forma harmoniosa com os seres vivos.

08. No trecho “... não hesitam em convidar ao **coração** de sua vida social a mais modesta das plantas...” (2º parágrafo), a palavra destacada tem como sinônimo, no contexto em que foi empregada:

- (A) limite.
- (B) centro.
- (C) símbolo.
- (D) sentimento.
- (E) cotidiano.

09. No 2º parágrafo, as aspas empregadas em “primitivas” indicam que o autor

- (A) faz uma citação indireta de expressão pouco utilizada por outros autores.
- (B) considera determinadas civilizações indígenas inferiores à população branca.
- (C) quer deixar claro que não é ele quem qualifica certas civilizações como primitivas.
- (D) traduz para o português do Brasil expressão de uma língua estrangeira.
- (E) enfatiza uma expressão cujo significado é considerado positivo e adequado.

10. O planeta sofre com problemas ambientais que levam ___ pessoas ___ refletir em relação ___ maneira como os seres humanos estão se relacionando com os demais seres vivos.

As lacunas do texto são completadas, correta e respectivamente, por:

- (A) às ... a ... à
- (B) às ... a ... a
- (C) às ... à ... a
- (D) as ... à ... a
- (E) as ... a ... à

11. Na agenda de um profissional da área da saúde, referente à próxima segunda-feira, há disponível um intervalo de tempo total X para atendimento de pacientes, atendimentos esses que devem ter, todos, a mesma duração, sem haver pausas entre eles. Esse profissional percebeu que, se nesse intervalo de tempo, atender 5 pacientes, cada paciente terá um tempo de atendimento 12 minutos maior do que cada paciente teria se ele fosse atender 6 pacientes nesse intervalo de tempo. Porém, um pouco antes de fechar a agenda, esse profissional ficou sabendo que a demanda de pacientes que deverão ser atendidos naquele intervalo de tempo seria de 8 pacientes, e, assim, o atendimento de cada um desses pacientes terá duração de
- (A) 55 minutos.
- (B) 52 minutos.
- (C) 50 minutos.
- (D) 48 minutos.
- (E) 45 minutos.
12. Um grupo de N agentes fiscalizatórios, que não chega a 160 pessoas, será subdividido em equipes, todas com o mesmo número de agentes, para dar cumprimento a uma ordem de serviço. Para isso, poderão ser formadas equipes com 11 ou com 14 agentes em cada uma, e, em ambos os casos, não sobrar nenhum agente fora das equipes. Se antes da formação das equipes, 4 agentes deixarem o grupo, e os agentes remanescentes forem subdivididos em equipes com 10 agentes em cada uma, serão formadas, no total,
- (A) 15 equipes.
- (B) 14 equipes.
- (C) 13 equipes.
- (D) 12 equipes.
- (E) 10 equipes.

13. A avaliação final da disciplina de Estatística em certa faculdade é composta de questões objetivas e de questões dissertativas. Todas as questões objetivas valem pontuações iguais entre si, e todas as questões dissertativas, também, valem a mesma pontuação cada uma, sendo que a pontuação das questões dissertativas é diferente da pontuação das questões objetivas. A nota final do avaliado será dada, então, pela soma das pontuações das questões objetivas e dissertativas que tal pessoa acertar.

Nessa avaliação, Jefferson tirou 8,5, pois acertou 3 questões objetivas e 2 questões dissertativas. Kleber tirou 5,5, pois acertou 4 questões objetivas e 1 questão dissertativa.

Quantos pontos valia, nessa avaliação, cada questão objetiva?

- (A) 0,25
- (B) 0,50
- (C) 0,75
- (D) 1,00
- (E) 1,50

14. Depois de um surto de dengue, ocorrido em certa metrópole durante o ano de 2025, foram colhidos os seguintes dados sobre os números totais de internações por dengue em 6 hospitais da região:

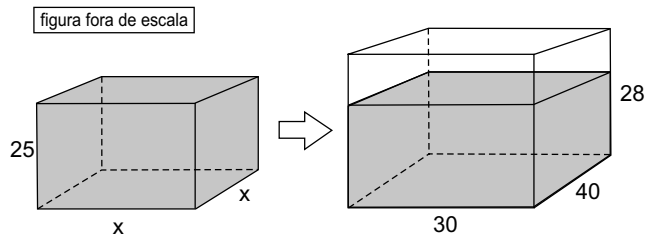
Hospital	Número total de internações por dengue (2025)
H1	212
H2	222
H3	203
H4	199
H5	250
H6	294

Neste ano de 2026, em virtude da realização de várias campanhas de conscientização e prevenção da doença, espera-se que o número máximo X de internações por dengue, por hospital, corresponda a um valor 10% menor do que a média aritmética simples dos números totais de internações por dengue, em 2025, nos 6 hospitais listados.

Dentro dessas condições, X deve ser igual a

- (A) 207.
- (B) 209.
- (C) 211.
- (D) 220.
- (E) 230.

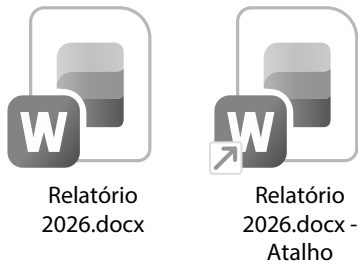
15. Um aquário com formato de paralelepípedo retângulo, com base quadrada e altura de 25 cm, estava completamente cheio de água. Essa água foi totalmente transportada para outro aquário, com formato de paralelepípedo retângulo e com largura, comprimento e altura medindo 30 cm, 40 cm e 28 cm, respectivamente, e ficaram faltando 11,1 L para que a água o completasse totalmente.



A medida x da aresta do aquário menor, correspondente ao lado de sua base quadrada, ultrapassa a medida da sua altura em, exatamente,

- (A) 2 cm.
- (B) 3 cm.
- (C) 5 cm.
- (D) 8 cm.
- (E) 10 cm.

16. Um servidor público municipal, utilizando o explorador de arquivos do Windows 11, tanto o aplicativo quanto o sistema em sua configuração padrão, se deparou com uma pasta contendo os dois arquivos a seguir:



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Se o usuário enviar o arquivo “Relatório 2026.docx” para a Lixeira e, em seguida, clicar duas vezes sobre o “Relatório 2026.docx – Atalho”,

- (A) o arquivo Word será aberto na tela.
- (B) será mostrada mensagem dizendo que o arquivo foi excluído e perguntando se deseja restaurá-lo.
- (C) nada acontecerá.
- (D) o arquivo “Relatório 2026.docx” será restaurado automaticamente.
- (E) o atalho será excluído junto com o arquivo “Relatório 2026.docx”.

17. Durante a revisão de um relatório no Word 2016, em sua configuração padrão, diversos servidores editaram o mesmo documento.

Assinale a alternativa que apresenta o recurso mais adequado para que o chefe responsável consiga identificar quais alterações foram feitas, quem as realizou e decidir se aceita ou rejeita cada modificação do arquivo.

- (A) Localizar e Substituir.
- (B) AutoTexto.
- (C) Quebra de Página.
- (D) Classificação de Dados.
- (E) Controlar Alterações.

18. Um servidor público, acessando o MS Excel 2016, em sua configuração padrão, montou a planilha conforme mostra a figura a seguir:

	A	
1	Notas	
2	6,5	
3	5	
4	3	
5	9,8	
6	7	
7	8,7	
8	7	
9		

Assinale a alternativa que apresenta o resultado de se incluir a fórmula =CONT.SE(A2:A8;">=7,0") na célula A9.

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 4
- (E) #REF!

19. Uma coordenadora criou, no Microsoft Teams, em sua configuração padrão, um grupo para comunicação entre servidores públicos de diferentes setores. Durante uma videoconferência, os participantes editaram conjuntamente uma planilha do Excel compartilhada na própria reunião.

Nesse caso, o Microsoft Teams foi utilizado corretamente como ferramenta de

- (A) compactação de arquivos corporativos.
- (B) virtualização do sistema operacional.
- (C) colaboração e integração entre aplicativos Microsoft 365.
- (D) proteção antivírus em tempo real.
- (E) gerenciamento de *hardware* remoto.

20. Um servidor público, utilizando o Gmail em sua configuração padrão, anexou um arquivo PDF que estava em sua pasta Documentos e enviou um e-mail à sua equipe. Após feito o envio com sucesso,

- (A) o arquivo original foi removido da pasta Documentos.
- (B) o arquivo PDF foi anexado à mensagem enviada, sem remoção do arquivo original da pasta Documentos.
- (C) o Gmail converteu automaticamente o PDF em documento editável.
- (D) a mensagem deixou de possuir assunto automaticamente.
- (E) o arquivo anexado passou a existir apenas na nuvem da Google.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A *Sociedade Empresária ABC Ltda.*, contribuinte do ICMS, apura mensalmente o imposto devido, presta as informações em guia própria e antecipa o respectivo pagamento, independentemente de prévio exame da autoridade fazendária. Em determinada competência, declarou e recolheu o tributo apurado.

Considerando o regime de constituição do crédito tributário aplicável a essa espécie de tributo, é correto afirmar, conforme o Código Tributário Nacional, que

- (A) a autoridade administrativa deve, obrigatoriamente, efetuar lançamento de ofício prévio ao recolhimento, sob pena de nulidade do pagamento realizado pelo contribuinte.
- (B) o pagamento antecipado realizado pelo contribuinte extingue desde logo e em caráter definitivo o crédito tributário, não se sujeitando a qualquer condição posterior.
- (C) o pagamento antecipado extingue o crédito sob condição resolutória da ulterior homologação, a qual, se a lei não fixar prazo diverso, ocorrerá em cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador.
- (D) a inércia da Fazenda Pública pelo prazo legal acarreta a decadência do direito de a empresa pleitear eventual restituição, mas não a homologação tácita do pagamento realizado.
- (E) a homologação tácita opera-se ainda que comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, bastando o transcurso do prazo quinquenal, contado do primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

22. Nos termos do Código Tributário Nacional, a respeito das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, é correto afirmar:

- (A) a concessão de isenção em caráter geral suspende a exigibilidade do crédito tributário até o implemento da condição prevista na lei concessiva.
- (B) a conversão do depósito em renda e a consignação em pagamento julgada procedente constituem hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito.
- (C) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário dispensa o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias dela decorrentes ou dela consequentes.
- (D) o depósito de qualquer parcela do montante exigido, ainda que parcial, é suficiente para suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- (E) o depósito do montante integral, as reclamações e os recursos administrativos e a moratória figuram entre as causas legais de suspensão da exigibilidade do crédito.

23. O *Município X*, por expressa previsão de sua legislação, adota a modalidade de lançamento por declaração para o Imposto sobre a Transmissão inter vivos de Bens Imóveis (ITBI). João, ao adquirir um imóvel, prestou à autoridade fazendária as informações de fato indispensáveis ao lançamento. Antes de ser notificado do lançamento, percebeu que informara, por equívoco, valor superior ao real, o que elevaria o tributo a recolher.

Diante desse cenário hipotético, é correto afirmar:

- (A) João pode retificar a declaração por sua própria iniciativa, ainda que disso resulte redução do tributo, desde que comprove o erro em que se funda e o faça antes de notificado o lançamento.
- (B) a retificação da declaração que vise reduzir o tributo é vedada, em razão do caráter vinculado e obrigatório da atividade de lançamento.
- (C) os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu próprio exame somente podem ser corrigidos mediante requerimento expresso do declarante, sendo vedada a atuação de ofício da autoridade.
- (D) a retificação pode ser realizada a qualquer tempo, mesmo após a notificação do lançamento, por se tratar de erro de fato passível de correção.
- (E) no lançamento por declaração, a constituição do crédito independe da participação da autoridade administrativa, bastando a declaração prestada pelo sujeito passivo.

24. A *Sociedade Empresária XPTO Ltda.* é contribuinte de tributo sujeito a lançamento por homologação. Quanto a fatos geradores ocorridos no exercício de 2019, a empresa apurou o tributo, prestou as informações na forma da legislação e antecipou parte do pagamento. Ao fiscalizar a escrita, a Fazenda Pública constatou recolhimento a menor e pretende constituir de ofício a diferença apurada.

Em relação aos marcos temporais aplicáveis ao caso, à luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência consolidada, é correto afirmar:

- (A) decadência e prescrição, embora extingam o crédito tributário, não se contam de marcos distintos, iniciando-se ambas a partir da constituição definitiva do crédito.
- (B) havendo antecipação de pagamento, o prazo decadencial para a Fazenda constituir a diferença conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) consumada a prescrição da pretensão de cobrança, esta pode ser, posteriormente, interrompida pelo despacho que ordenar a citação em execução fiscal, restabelecendo-se a exigibilidade.
- (D) a decadência refere-se ao prazo para a Fazenda constituir o crédito pelo lançamento, enquanto a prescrição diz respeito ao prazo, contado da constituição definitiva, para o ajuizamento da ação de cobrança, extinguindo ambas o crédito tributário.
- (E) a entrega de declaração pelo sujeito passivo reconhecendo o débito é insuficiente para constituir o crédito tributário, exigindo-se, em qualquer caso, lançamento de ofício para esse fim.

- 25.** À luz do Código Tributário Nacional, acerca do lançamento de ofício e da alteração do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, é correto afirmar:
- (A) o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo é imutável, não comportando alteração sequer por iniciativa de ofício da autoridade administrativa.
 - (B) a revisão do lançamento de ofício pode ser iniciada a qualquer tempo, ainda que já extinto, pela decadência, o direito da Fazenda Pública.
 - (C) a modificação do critério jurídico adotado pela autoridade autoriza a revisão de ofício de lançamentos relativos a fatos geradores pretéritos do mesmo sujeito passivo.
 - (D) o lançamento de ofício é cabível exclusivamente quando a lei expressamente o determine, não alcançando as hipóteses de falsidade ou omissão quanto a elemento de declaração obrigatória.
 - (E) comprovada a falsidade, o erro ou a omissão quanto a elemento definido na legislação como de declaração obrigatória, a autoridade deve efetuar ou rever o lançamento de ofício, desde que não extinto o direito da Fazenda Pública.
- 26.** À luz do Código Tributário Nacional, é correto afirmar acerca da exclusão do crédito tributário, que
- (A) a anistia, por extinguir o crédito tributário já constituído, confunde-se com a remissão, distinguindo-se desta apenas quanto ao quórum legislativo exigido para a sua concessão.
 - (B) a anistia alcança, indistintamente, as infrações cometidas antes e depois da vigência da lei que a concede, inclusive as resultantes de atos praticados com dolo, fraude ou simulação.
 - (C) a anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário e abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
 - (D) a anistia concedida em caráter limitado, efetivada por despacho da autoridade administrativa, gera direito adquirido em favor do beneficiário.
 - (E) a exclusão do crédito tributário, abrangendo a isenção e a anistia, dispensa o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal excluída.
- 27.** À luz das regras do Código Tributário Nacional relativas ao pagamento do crédito tributário, é correto afirmar que
- (A) o pagamento de um crédito, quando total, importa presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo tributo, dispensando o sujeito passivo de nova comprovação.
 - (B) na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento, incidem normalmente os juros de mora sobre o crédito não quitado no vencimento.
 - (C) a consignação em pagamento pode versar sobre crédito de valor superior ao que o consignante se propõe a pagar, alcançando a totalidade do montante exigido pelo Fisco.
 - (D) existindo simultaneamente dois débitos vencidos do mesmo sujeito passivo perante a mesma pessoa jurídica de direito público, a imputação do pagamento aos débitos é determinada pela autoridade administrativa, conforme ordem legal.
 - (E) o crédito pago por cheque se considera extinto desde a entrega do título à autoridade fazendária, independentemente do seu posterior resgate pelo sacado.
- 28.** À luz do Código Civil, acerca das pessoas jurídicas de direito privado e da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:
- (A) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado tem início com a assinatura do ato constitutivo pelos sócios, independentemente de inscrição no registro competente.
 - (B) a mera insolvência ou a incapacidade de a sociedade honrar suas obrigações autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica.
 - (C) a desconsideração da personalidade jurídica pressupõe abuso, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
 - (D) a autonomia patrimonial da pessoa jurídica impede, em caráter absoluto, qualquer extensão de obrigações dos sócios à própria pessoa jurídica.
 - (E) decai em cinco anos, contados do registro, o direito de anular a constituição da pessoa jurídica de direito privado por defeito do ato respectivo.

29. Mariana, com dezesseis anos completos, foi emancipada por seus pais mediante instrumento público, levado a registro, sem que houvesse homologação judicial. Posteriormente, questionou-se a validade do ato e a anterior condição civil de Mariana.

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A emancipação foi válida, pois, tendo Mariana dezesseis anos completos, a concessão dos pais por instrumento público independe de homologação judicial.
- (B) A emancipação por concessão dos pais somente produz efeitos após homologação judicial, ainda que formalizada por instrumento público.
- (C) Antes da emancipação, Mariana era absolutamente incapaz, pois a incapacidade absoluta alcança os menores de dezoito anos.
- (D) A emancipação dependeria, em qualquer hipótese, da concordância conjunta de ambos os pais, sendo nula a concessão por um só deles.
- (E) A capacidade de direito de Mariana teve início apenas com a emancipação, momento em que passou a ser titular de direitos na ordem civil.

30. João obrigou-se a entregar a José um cavalo determinado, individualizado no contrato (obrigação de dar coisa certa). Antes da tradição, e sem qualquer culpa de João, o animal vem a morrer em razão de caso fortuito.

À luz do Código Civil, quanto às obrigações de dar coisa certa, é correto afirmar:

- (A) João responderá pelo equivalente em dinheiro, acrescido de perdas e danos, ainda que a perda tenha ocorrido sem a sua culpa.
- (B) resolve-se a obrigação para ambas as partes, suportando o devedor a perda da coisa, uma vez que, até a tradição, esta lhe pertencia.
- (C) o risco pela perda fortuita da coisa recai integralmente sobre o credor, que permanecerá obrigado ao pagamento do preço ajustado.
- (D) a perda da coisa, ainda que anterior à tradição, jamais resolve a obrigação, convertendo-se esta automaticamente em perdas e danos.
- (E) por se tratar de coisa certa, poderia o devedor, a seu critério, substituí-la por outra de igual valor para cumprir a obrigação.

31. A respeito do domicílio civil, disciplinado pelo Código Civil, e do domicílio tributário, regido pelo Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- (A) o domicílio tributário é fixado, em regra, pela autoridade administrativa, vedada ao contribuinte qualquer eleição.
- (B) o domicílio da pessoa natural, no Código Civil, é exclusivamente o lugar de sua residência com ânimo definitivo, não se admitindo pluralidade de domicílios.
- (C) a pessoa natural que não tenha residência habitual fica sem domicílio, suspendendo-se as relações jurídicas que dependam de sua fixação.
- (D) o domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito privado é, em qualquer caso, o lugar de cada um de seus estabelecimentos, sendo irrelevante a localização da sede.
- (E) embora o domicílio tributário seja, em regra, o eleito pelo contribuinte, a autoridade administrativa pode recusá-lo quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

32. Conforme a Constituição Federal, a respeito do regime constitucional da Administração Pública aplicável aos Municípios, é correto afirmar:

- (A) a administração pública direta e indireta municipal submete-se aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) a investidura em cargo ou emprego público municipal independe de aprovação prévia em concurso público, bastando ato de nomeação do Prefeito.
- (C) as pessoas jurídicas de direito público municipais respondem pelos danos causados por seus agentes a terceiros somente se a vítima comprovar a culpa ou o dolo do agente.
- (D) os princípios constitucionais da Administração Pública dirigem-se, prioritariamente, à União, não vinculando automaticamente os Municípios, dotados de autonomia administrativa.
- (E) é livre a acumulação remunerada de cargos públicos municipais, ainda que inexistente compatibilidade de horários, se se tratar do acúmulo de dois cargos técnicos.

33. À luz da Constituição Federal, no que concerne à competência dos Municípios e à prestação dos serviços públicos de interesse local, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete privativamente à União organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, cabendo aos Municípios apenas a sua execução material.
- (B) O serviço de transporte coletivo, por não ostentar caráter essencial, pode ser livremente suprimido pelo Município, independentemente de previsão legal.
- (C) Os serviços públicos de interesse local devem ser prestados exclusivamente de forma direta pelo Município, sendo vedada a delegação a particulares.
- (D) Compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- (E) A prestação de serviços de atendimento à saúde e dos programas de ensino fundamental é atribuição exclusiva do Município, sem cooperação da União ou do Estado.

34. Acerca da distinção doutrinária e jurisprudencial entre bitributação e *bis in idem*, bem como entre extrafiscalidade e parafiscalidade, é correto afirmar:

- (A) configura *bis in idem* a exigência, por dois entes federativos distintos, de tributos sobre o mesmo fato gerador do mesmo contribuinte, ao passo que a bitributação pressupõe a atuação de um único ente tributante.
- (B) ocorre *bis in idem* quando o mesmo ente tributante institui mais de um tributo sobre o mesmo fato gerador, ao passo que a bitributação envolve a exigência por entes tributantes distintos, sendo esta, em regra, vedada, salvo hipóteses como a do imposto extraordinário de guerra.
- (C) na extrafiscalidade, a finalidade precípua do tributo é a arrecadação de recursos para os cofres públicos, figurando a intervenção sobre comportamentos econômicos e sociais como mero efeito secundário e acidental.
- (D) a parafiscalidade caracteriza-se pela delegação da própria competência tributária a terceiro, que passa a deter o poder de instituir o tributo e a dele dispor livremente.
- (E) tanto o *bis in idem* quanto a bitributação são vedados pelo ordenamento jurídico por implicarem dupla incidência tributária sobre um mesmo fato gerador.

35. À luz do Código Tributário Nacional, da Constituição Federal e da jurisprudência, a respeito da isenção como modalidade de exclusão do crédito tributário, é correto afirmar:

- (A) a isenção, por afastar a própria competência tributária do ente, constitui limitação constitucional ao poder de tributar, equiparando-se, quanto à natureza, à imunidade.
- (B) a isenção, ainda quando prevista em contrato, dispensa a edição de lei, bastando o ajuste de vontades entre o Fisco e o contribuinte beneficiado.
- (C) salvo disposição de lei em contrário, a isenção é automaticamente extensiva às taxas e às contribuições de melhoria, bem como aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- (D) é facultado à União, mediante lei complementar, instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em nome do interesse nacional.
- (E) a isenção concedida por prazo certo, e em função de determinadas condições, não pode ser livremente revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, resguardando-se ao beneficiário a sua fruição pelo prazo legalmente assegurado.

36. Nos termos do Código Tributário Nacional, a respeito dos requisitos para que determinada área seja considerada zona urbana, para fins de incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta.

- (A) A zona urbana é definida em lei complementar federal, não cabendo ao Município delimitá-la para fins de incidência do imposto.
- (B) Exige-se, para a caracterização da zona urbana, a existência de todos os cinco melhoramentos enumerados no Código Tributário Nacional, construídos pelo Poder Público.
- (C) Os melhoramentos exigidos podem ser custeados e implantados exclusivamente pela iniciativa privada, sendo irrelevante a atuação do Poder Público.
- (D) Considera-se zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos melhoramentos indicados no Código Tributário Nacional, construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- (E) As áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, somente podem ser alcançadas pelo IPTU se preenchidos os mesmos melhoramentos exigidos para a zona urbana propriamente dita.

37. O Município X apurou, ao final de determinado quadrimestre, que a despesa total com pessoal do seu Poder Executivo correspondia a 56% da receita corrente líquida. Diante da constatação, o Prefeito Antônio buscou orientação acerca das providências exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

À luz da LC nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) O limite máximo de despesa total com pessoal aplicável ao Poder Executivo municipal corresponde a 60% da receita corrente líquida, idêntico ao limite global do Município.
- (B) Atingido o limite, o percentual excedente deverá ser integralmente eliminado no quadrimestre imediatamente seguinte à apuração, sob pena de nulidade dos atos.
- (C) Ultrapassado o limite, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.
- (D) A despesa total com pessoal é apurada considerando-se exclusivamente o mês de referência, desprezados os meses anteriores.
- (E) Os valores relativos a aposentados e pensionistas não integram o conceito de despesa total com pessoal, por não se referirem a servidores em atividade.

38. Faltando seis meses para o término de seu mandato, a Prefeita Helena, do Município Y, celebrou contrato do qual resultou obrigação de despesa com parcelas a serem pagas no exercício financeiro seguinte, sem que houvesse disponibilidade de caixa suficiente para tanto.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange aos restos a pagar, é correto afirmar:

- (A) a conduta é regular, pois a vedação da LRF quanto à assunção de obrigações alcança apenas o último quadrimestre do mandato.
- (B) a vedação apenas se aplica caso a despesa possa ser cumprida no próprio exercício e o seu fracionamento se mostre uma estratégia para reduzir o gasto no último ano de mandato.
- (C) a restrição da LRF dirige-se exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, não alcançando os titulares dos demais Poderes e órgãos.
- (D) na aferição da disponibilidade de caixa, consideram-se apenas os recursos efetivamente arrecadados, sendo irrelevantes os encargos e as despesas compromissadas a pagar até o fim do exercício.
- (E) a conduta é vedada, pois, nos últimos dois quadrimestres do mandato, é defeso ao titular contrair obrigação de despesa que não possa ser integralmente cumprida no mandato ou que deixe parcelas para o exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.

39. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a respeito das transferências voluntárias, é correto afirmar que

- (A) se consideram transferências voluntárias as entregas de recursos a outro ente da Federação que decorram de determinação constitucional ou legal.
- (B) se entende por transferência voluntária a entrega de recursos a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal nem se destine ao SUS.
- (C) a realização de transferência voluntária independe de dotação orçamentária específica, bastando a previsão genérica na lei orçamentária anual.
- (D) é dispensada a comprovação, pelo ente beneficiário, do cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde para recebimento de transferências voluntárias de capital.
- (E) as sanções de suspensão de transferências voluntárias alcançam todas as áreas, em especial as de educação, saúde e assistência social, pela sua relevância.

40. À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que concerne à destinação de recursos públicos para o setor privado, assinale a alternativa correta.

- (A) A destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas independe de autorização legislativa, bastando ato do Chefe do Poder Executivo.
- (B) A exigência de lei específica não abrange a concessão de empréstimos, financiamentos e subvenções, restringindo-se à entrega direta de recursos a particulares.
- (C) As exigências legais não se aplicam à administração indireta, alcançando apenas os órgãos da administração direta.
- (D) A destinação de recursos para cobrir déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições da lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- (E) É livre a utilização de recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, independentemente de lei específica, em razão dos efeitos sistêmicos decorrentes de problemas de liquidez nessas instituições.

RASCUNHO

RASCUNHO

